

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO PRÁTICA SOCIAL NO BRASIL¹

Elisa Campos Machado*

RESUMO

A pesquisa aborda a biblioteca comunitária como prática social, no Brasil. Tem por objetivo principal apontar políticas públicas para o fortalecimento e ampliação dessas iniciativas. Para isso, foi necessário proceder à análise da biblioteca comunitária como espaço de articulação local, seus atores, sua organização e o uso da informação nesse contexto. Partindo do conceito de “comunidade”, apresentamos uma reflexão sobre as práticas sociais, os processos participativos e a relação do Estado na construção de políticas públicas para apoiar essas experiências. Discutimos o emprego do termo pela sociedade e pela área acadêmica, analisando as semelhanças e diferenças entre a biblioteca comunitária e a biblioteca pública e popular. Optamos pela metodologia qualitativa com objetivos exploratórios e resultados descritivos e analíticos. Levantamos 350 experiências no território nacional e selecionamos 29 para compor o universo da pesquisa. Lançando mão das técnicas de entrevista e observação, pudemos confirmar que o motivo principal para a criação desses projetos é a carência de bibliotecas públicas e escolares no país, o que leva a sociedade a buscar caminhos para enfrentar o problema de acesso à informação, à leitura e ao livro. A partir das experiências analisadas, foi possível perceber que, quanto mais participativa é a sua gestão, maior é a possibilidade da biblioteca transformar-se num espaço estratégico para a implantação de políticas de integração social. Apontamos como princípios básicos para a implantação de políticas para esses espaços o respeito à diversidade e pluralidade cultural, assim como a valorização do espaço público e dos processos participativos. Defendemos a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas como agência responsável pela implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para apoiar as bibliotecas comunitárias.

Palavras-chave: Biblioteca Comunitária. Biblioteca Pública. Políticas Públicas para Bibliotecas.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da hipótese de que as bibliotecas que surgem nas comunidades locais, de maneira espontânea ou a partir de um projeto social, individual ou coletivo, são pólos irradiadores de cultura e saber local que, apoiadas pelo poder público, podem se transformar em espaços estratégicos para a implantação de políticas públicas de integração social e cultural.

¹ Tese defendida em dezembro de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Acesso à Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciência da Informação sob a orientação do Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro.

* Profa. Dra. da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: emachado2005@gmail.com

Dessa forma, analisar a biblioteca comunitária como espaço de articulação local, seus atores, sua organização, as diversas formas de uso da informação e apontar políticas públicas para o fortalecimento e ampliação dessas iniciativas passou a ser o nosso objetivo principal.

Após a escolha do tema, partimos para a busca de um referencial teórico e do estabelecimento do sistema conceitual referente ao objeto e contexto. Esclarecemos que a pesquisa caminhou no sentido de descobrir as causas que levam ao surgimento das bibliotecas comunitárias, ou seja, um estudo da configuração desse fenômeno; portanto, teve como foco os sujeitos desse processo relacionados ao objeto da pesquisa e ao seu contexto. E, por isso, optamos pela abordagem metodológica qualitativa com resultados descritivos e analíticos. A seleção dos casos estudados foi feita com base em uma amostragem típica e para a realização do estudo de campo utilizamos as técnicas de observação e entrevista.

Das 350 experiências levantadas inicialmente, 29 foram analisadas com base em visitas e/ou entrevistas. Esse grupo é considerado o nosso universo da pesquisa e é composto pelas seguintes experiências:

	BIBLIOTECA	UF	CIDADE	BAIRRO/REGIÃO
1	BVL de Macapá	AP	Macapá	Corre Água do Piririm
2	BC Maria das Neves Prado	BA	Nova Soure	São José do Paiaí
3	BC T Bone	DF	Brasília	Asa Norte
4	BVL da Comunidade Santa Tereza	MA	Mirinzal	Quilombo Santa Tereza
5	BC de Poços de Caldas	MG	Poços de Caldas	Zona rural
6	BVL da Comunidade Bengui	PA	Belém	Benguí
7	BC Ler é Preciso de Magé	RJ	Magé	Zona rural
8	BC Ler é Preciso Diuner Mello	RJ	Paraty	Taquari, zona rural
9	BC Emmanuel	RJ	Rio de Janeiro	Magalhães Bastos
10	BC do Espaço Criança Esperança	RJ	Rio de Janeiro	Ipanema (Morro do Cantagalo)
11	BC Ler é Preciso de Copacabana	RJ	Rio de Janeiro	Copacabana
12	BC Paulo Coelho	RJ	Rio de Janeiro	Copacabana (Morro do Pavão e Pavãozinho)
13	BC Paulo Freire	RJ	Rio de Janeiro	Maré (Morro do Timbaú)
14	BC Tobias Barreto	RJ	Rio de Janeiro	Penha
	BIBLIOTECA	UF	CIDADE	BAIRRO/REGIÃO
15	BVL da Comunidade de Caracaraí	RR	Caracaraí	Vista Alegre
16	BVL da Comunidade Boca da Mata	RR	Pacaraima	Boca da Mata
17	BVL da Comunidade Santa Rosa	RR	Pacaraima	Santa Rosa
18	BC Zumaluma	SP	Embu das Artes	Favela do Inferninho
19	Biblioteca Confraria dos Parceiros de Guararema	SP	Guararema	Zona rural
20	BC Prof. Waldir de Souza Lima	SP	Itu	Centro
21	Biblioteca Solidária	SP	São José dos Campos	Distrito de São Francisco Xavier
22	BC Casulo	SP	São Paulo	Parque Real

23	BC Cultura Jovem	SP	São Paulo	Jardim Ângela
24	BC dos Garis	SP	São Paulo	Centro
25	BC de Heliópolis	SP	São Paulo	Favela de Heliópolis
26	BC Ler é Preciso da Coopamare	SP	São Paulo	Pinheiros
27	BC Livro-Pra-Quê-Te-Quero	SP	São Paulo	Parque Bristol/Vila Livieiro
28	BC Prestes Maia	SP	São Paulo	Centro
29	BC Solano Trindade	SP	São Paulo	Cidade Tiradentes

Quadro 1 – Relação de experiências analisadas

Fonte: o autor (2008)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pautada nas reflexões sobre os processos de mudança que a sociedade está passando, construímos nosso referencial teórico baseado nas teorias sobre a prática social e as políticas públicas. Acreditávamos que era necessário entender estes aspectos e também como os mesmos se dão na Biblioteconomia para, posteriormente, analisar as bibliotecas comunitárias. Partimos das diversas formas de entendimento do conceito de comunidade na sociedade contemporânea, passando pelas questões que envolvem as práticas sociais e os processos participativos, para, por fim, discutirmos a questão da mobilização cidadã e as políticas públicas para a área de biblioteca, leitura e do livro.

Os estudos sobre comunidades foram feitos com base nas reflexões que são apresentadas por sociólogos, filósofos e pensadores do século XX e XXI, brasileiros e estrangeiros, tais como: Jürgen Habermas (1980), Marilena Chaui (1990; 1999), Anthony Giddens (1991), Pierre Levy (1998), Zygmunt Bauman (1998; 2003), Edgar Morin (2002; 2004), Beatriz Sarlo (2004), Hanna Arendt (2004), Stuart Hall (2005), entre outros.

Entendendo que a biblioteca comunitária tem como princípio a gestão participativa, fomos em busca da literatura sobre o assunto. No entanto, se no Brasil pouco se fala e escreve sobre bibliotecas comunitárias, menos ainda sobre a ação e gestão participativa na área da Biblioteconomia; por isso, foi necessário partir do referencial teórico das Ciências Sociais aplicadas à Educação Popular, Educação Ambiental, Administração, Economia e Política e da abordagem feita pelos seguintes autores: Outhwaite e Bottomore (1996), Boaventura de Souza Santos (2005), Marcos Kisil (2000), Danilo Gandin (2001), Carlos Passos (2003), Leonardo Boff (2003), Oakey e Clayton (2003), Paulo Freire (2003, 2006), Fábio Reis (2004), Archon Fung (2004), Denilson Werle (2004), José Bernardo Toro (2005), Maria da Glória Gohn (2005), Silvio Caccia Bava (2005) e Pierre Bourdieu (2005).

Em relação à participação, destacamos as particularidades evidenciadas por Marcos Kisil (2000), ao categorizar as formas de participação: a participação como um meio, onde os

resultados são mais importantes e a participação como um fim, no qual a ênfase é dada ao processo. Entendemos que na forma de participação, que valoriza o processo e permite ao indivíduo participar da tomada de decisão, está intrínseco o diálogo e a negociação, ou seja, segue a linha da teoria da ação cultural dialógica formulada por Paulo Freire (2003).

Adentramos também no estudo acerca dos canais de participação na esfera pública e baseado no que os autores acima citados apontam, ficou evidente que a participação depende não só da vontade do homem como agente da ação, mas também de acesso à informação, da autonomia, do espaço e da posição desse agente nesse espaço social. Percebemos que existem condições para que o processo participativo se instale, certamente não é qualquer ação que promove a participação ativa e crítica de um agente individual ou coletivo.

Analizamos as diferenças entre as possibilidades de participação individual e coletiva, onde a primeira tem o cidadão como agente da ação individual e a segunda tem a organização como agente de ações coletivas.

Vimos também que a partir da filosofia da ação proposta por Pierre Bourdieu, individualmente, a ação de um cidadão é baseada nas suas estruturas objetivas (campos) e nas suas estruturas incorporadas (*habitus*). Esta ação individual, em alguns casos, é caracterizada como uma ação empreendedora. Já as ações coletivas estão no campo das organizações, sejam elas movimentos sociais, redes sociais, organizações civis, empresas privadas ou o Estado.

Ficou evidente que a ampliação da participação é defendida por todos aqueles que acreditam na possibilidade de criação de um Estado de Direito e, hoje, a necessidade de articular os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e os governos locais é vista como o caminho para a reconstrução de um Estado regulador.

Nesse contexto, a complexidade que se apresenta nos leva a crer que a melhor forma de potencializar as práticas sociais de interesse coletivo ou público é por meio da articulação inteligente dos diversos agentes individuais e coletivos, dentro de uma visão horizontal e inter-relacionada. Porém, isso só é possível a partir da ação reguladora do Estado e da participação da sociedade na construção das políticas públicas. Nesse sentido, Ladislau Dowbor (1994, p. 9) ressalta a necessidade da redefinição da cidadania e das instituições “para que espaços participativos coincidam com as instancias de decisões significativas.”

3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

O referencial teórico sobre o tema “bibliotecas comunitárias” tem se apresentado muito escasso na literatura. São poucos autores que dedicam estudos sobre o assunto no Brasil: Todêska Badke (1984), Oswaldo Francisco Almeida Junior (1997), Geraldo Prado

(2004), Maria Christina B. Almeida e Elisa Machado (2006), Waldomiro Vergueiro, Elisa Machado e Arturo Martin Vega (2007) e Marisa de Jesus (2007). Por esse motivo tomamos como base autores que vêm construindo um pensamento sobre a prática biblioteconômica e os serviços voltados para as questões da informação pública e da informação como instrumento de formação do cidadão no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Pudemos perceber que hoje, no Brasil, as bibliotecas, de modo geral, enfrentam uma situação adversa. Por um lado, podem atuar como um espaço estratégico para a implantação de políticas públicas de inclusão social e cultural. E, por esse motivo, as bibliotecas públicas, especialmente, têm a grande oportunidade de se fortalecer e, agregando as novas tecnologias, constituir efetivamente ambientes públicos colaborativos, transformadores e fundamentalmente culturais, caminhando no sentido de incorporar os conceitos inovadores propostos por Jack Maness (2007) para a Biblioteca 2.0. Por outro lado, em função das formas de ação dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas, somada à imagem distante, rígida e sóbria que se criou para esse tipo de biblioteca, esse espaço ficou à margem da sociedade, se enfraquecendo e se isolando nos seus limites físicos e burocráticos.

Paralelamente a essa situação, acompanhamos diariamente na mídia a divulgação da criação de inúmeras bibliotecas comunitárias pelo país. Bibliotecas que surgem como práticas espontâneas, idealizadas e implementadas por agentes individuais ou coletivos; cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio institucional. Surgem normalmente em lugares periféricos, em função da dificuldade de acesso aos bens culturais e da total ausência do Estado. Esses novos espaços de leitura e informação, em sua maioria, são criados por pessoas que não estão vinculadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e objetivam a reunião de uma coleção de livros que possibilite, principalmente às crianças e aos jovens, o acesso ao livro e à leitura.

De modo geral, percebemos a disposição dos idealizadores desses projetos em apresentar a biblioteca comunitária como algo diferente da biblioteca pública, vinculada à esfera governamental, almejando constituir bibliotecas que tenham a cara de suas comunidades, que sejam espaços de acolhimento e de convivência e que tenham suas ações e serviços organizados com base na realidade e conhecimento locais. A proposta dessas bibliotecas se assemelha muito às idéias de Victor Flusser sobre aquilo que o autor (1980, p. 137) considera ser a "biblioteca verdadeiramente pública": aquela que não é implantada, mas que "surge de um processo de emergência cultural".

Se considerarmos que aqueles que lideram a constituição desses espaços são membros da própria comunidade, podemos inferir que eles têm a exata dimensão do valor do

conhecimento e o quanto este pode definir a sua posição na sociedade; porém, talvez não tenham instrumentos suficientes e um sistema de apoio para agir de forma transformadora. Nesses casos, assim como suas comunidades, essas bibliotecas estão à margem da sociedade; porém, diferentemente das bibliotecas públicas, são legitimadas pela comunidade, pois nesses espaços as pessoas que fazem parte da comunidade se reconhecem e se identificam.

É interessante perceber que a biblioteca comunitária surge como um poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social, numa nova realidade, que escapa das medidas e das categorias descritivas existentes, passando praticamente despercebida pela academia. Para nós, esse fato confirma a idéia de Milton Santos, de que a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano (SANTOS apud DOWBOR, 1994, p. 8).

De forma empírica e criativa estão trabalhando no empoderamento da sua comunidade. E, nesse sentido, o grande desafio desses espaços é trabalhar com a informação pública, que é um dos campos mais complexos, pois o público é tão heterogêneo quanto a informação (MILANESI, 2002, p. 76).

Objetivamente, essas bibliotecas devem criar mecanismos para colaborar no desenvolvimento da sua comunidade, potencializando os próprios talentos dos indivíduos e das comunidades, constituindo-se como espaços públicos voltados para a emancipação, onde a prática cidadã possa aflorar de forma inovadora, criativa e propositiva. Nessa linha de pensamento, pudemos identificar algumas particularidades que as distinguem da biblioteca pública: a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; e, o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Por essas particularidades, a biblioteca comunitária, como se apresenta hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um outro tipo de biblioteca, pois vem sendo criada seguindo os princípios da autonomia, da flexibilidade e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade. Outro fator que nos leva a considerá-la diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada à ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação. Esses princípios podem ser considerados qualidades essenciais destas bibliotecas, os quais as diferenciam das demais, tornando-as únicas. Se retirados, destroem sua essência.

4 UM OLHAR PARA A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Do total de 350 experiências identificadas, com raras exceções, a grande maioria encontra-se em áreas consideradas de exclusão, localidades carentes, de difícil acesso, seja pela distância, seja pela relação de vulnerabilidade em que se encontram. Evidencia-se que, na maioria dos casos, as localidades não possuem equipamentos culturais, como nas regiões rurais ou nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos. Encontramos também bibliotecas comunitárias localizadas em regiões nobres de grandes centros urbanos; no entanto, sediadas em zonas consideradas excluídas. Nesses casos, as regiões são ricas em equipamentos culturais, porém esses equipamentos são orientados para atender um público de poder aquisitivo maior.

4.1 Os motivos e os atores principais

Com base no universo das 29 experiências selecionadas foi possível identificar com maior clareza que o motivo principal que leva à criação desses espaços é a dificuldade de acesso ao livro e à leitura, ou seja, a carência de espaços públicos para esse fim – bibliotecas públicas e escolares. Isto faz com que cidadãos comuns, grupos de jovens, ou, ainda, organizações coletivas destinem esforços para a criação desses espaços. Apesar do motivo desencadeador desse processo ser o mesmo, a forma como surge cada uma dessas bibliotecas e o seu estabelecimento na comunidade, seguem caminhos totalmente diferentes.

Identificamos várias experiências que surgiram do simples desejo de uma pessoa, de um cidadão comum, abrir sua casa, ou sua biblioteca particular, para a comunidade. De uma maneira voluntária e seguindo princípios filantrópicos, esse agente individual organiza um espaço com o objetivo de compartilhar seu conhecimento e seu prazer pela leitura e, assim, contribuir para melhorar os níveis de leitura, educação e cultura da sua comunidade. São professores, estudantes, pescadores, pedreiros, borracheiros, açougueiros, catadores de lixo, enfim, cidadãos comuns, solidários, que assumem para si a responsabilidade de compartilhar aquilo que têm ou que aprenderam em suas vidas.

Em alguns desses casos, é evidente que, a partir dessa iniciativa, o agente individual muda sua posição no grupo e na sociedade e a biblioteca passa a ser o seu passaporte para integrar um novo grupo e, quem sabe um novo mundo. São os espaços sociais e as formas de poder que estão em jogo. Quando este fato passa a ser o motivo da existência da biblioteca, fecham-se as portas para a participação da comunidade e a biblioteca passa a ter um “dono”. A necessidade de determinados indivíduos de mudarem sua posição no espaço social é

evidenciada quando elegem a biblioteca como um projeto individual. Com base no pensamento de Bourdieu (2005), podemos inferir que a biblioteca é vista por esses agentes individuais como um meio de ampliar o seu capital cultural e social, de maneira a torná-los diferentes na estrutura do campo de forças do qual fazem parte.

Entretanto, é importante ressaltar casos em que a biblioteca foi criada por uma pessoa e esta se coloca na posição de membro da comunidade e, por meio de ações pedagógicas, vai construindo estratégias, com maior ou menor impacto, para que o projeto que começou como uma ação individual se transforme numa ação coletiva. Essas pessoas conhecem as dificuldades locais e acreditam que sozinha a comunidade não vai criar uma biblioteca, ela precisa de alguém que elabore esta proposta.

Diferentemente das iniciativas individuais, encontramos também experiências em que a motivação para a criação desses projetos parte de agentes coletivos internos e/ou externos à comunidade. Identificamos que a maioria dos agentes coletivos internos a comunidade são representados por grupos de jovens, organizados em movimentos sociais locais. Já os agentes coletivos externos à comunidade apresentam-se na figura de organizações não governamentais, vinculadas ou não a instituições privadas. As organizações que trabalham nesse sentido são provenientes das mais variadas áreas, institutos e fundações vinculadas a empresas, a instituições educacionais, assim como organizações caracterizadas como cooperativas, associações de bairros, escolas de samba e entidades religiosas, ou, ainda, organizações não governamentais criadas especificamente para esse fim. Das 29 experiências analisadas, 15 foram criadas por agentes coletivos externos à comunidade, ou seja, pouco mais da metade.

Como já vimos anteriormente, os movimentos sociais são outro tipo de agente coletivo que trabalha no sentido de criar bibliotecas comunitárias. Sete experiências com estas características fazem parte deste universo.

4.2 Participação, articulação e sustentabilidade

Pudemos perceber que existem formas diferentes de entender a participação, de participar nesses projetos e de articular e gerar recursos para a sustentabilidade das bibliotecas. De maneira geral o nível de participação dos membros das comunidades nos projetos de biblioteca não é alto. Em alguns casos podemos afirmar que não há participação no sentido de envolvimento das pessoas na tomada de decisão e no controle de recursos. Apesar das grandes diferenças, de modo geral, a participação é confundida com a utilização dos serviços e o acesso ao espaço e aos materiais. É confundida também com trabalho

voluntário, ou ainda, com o fato de seus coordenadores optarem por contratar pessoas da comunidade para trabalhar no projeto.

Os projetos em que pudemos identificar maior participação da comunidade são aqueles que são criados e/ou coordenados por lideranças locais, que trabalham no sentido de resgatar e defender a cultura local, numa crescente valorização do sentimento de comunidade. São eles:

BIBLIOTECA	UF	CIDADE	BAIRRO/REGIÃO
BVL de Macapá	AP	Macapá	Corre Água do Pírim
BC Maria das Neves Prado	BA	Nova Soure	São José do Paiaí
BVL da Comunidade Santa Tereza	MA	Mirinzal	Quilombo Santa Tereza
BC de Poços de Caldas	MG	Poços de Caldas	Zona rural
BVL da Comunidade Bengui	PA	Belém	Benguí
BVL da Comunidade de Caracará	RR	Caracará	Vista Alegre
BVL da Comunidade Boca da Mata	RR	Pacaraima	Boca da Mata
BVL da Comunidade Santa Rosa	RR	Pacaraima	Santa Rosa
BC Zumaluma	SP	Embu das Artes	Favela do Inferninho
BC Prof. Waldir de Souza Lima	SP	Itu	Centro
BC Casulo	SP	São Paulo	Parque Real
BC Ler é Preciso da Coopamare	SP	São Paulo	Pinheiros
BC Livro-Pra-Quê-Te-Quero	SP	São Paulo	Parque Bristol, Jardim São Savério, Vila Livieiro
BC Solano Trindade	SP	São Paulo	Cidade Tiradentes

Quadro 2 – Relação de experiências com maior nível de participação.

Fonte: o autor (2008)

Dentre o grupo, a Biblioteca Comunitária Maria das Neves é uma experiência que se coloca aberta à participação da comunidade no processo decisório. Para isso, lança mão do Conselho de Biblioteca, como o espaço de participação. Formado por pessoas eleitas pela comunidade, é no conselho que são tomadas as decisões sobre o dia-a-dia e o futuro da biblioteca. Por meio de um trabalho pedagógico e de conscientização, estão avançando muito nesse processo.

Para nós, quanto mais forte o sentimento de comunidade mais natural e intenso são os processos participativos. Esta característica pode ser identificada com clareza na fala dos entrevistados responsáveis pelas bibliotecas Vaga Lume, na região amazônica. A cultura indígena e a cultura das comunidades de remanescentes quilombolas com suas históricas lutas pela preservação de suas terras e do meio ambiente, somadas às relações de troca e parentesco estabelecidas há séculos, garantem a prática participativa nesses projetos. É natural a criação de conselhos formados por membros da comunidade para participar das decisões da biblioteca e definir os caminhos que seguirá.

Os discursos das lideranças das bibliotecas comunitárias localizadas na zona norte do país, assim como das lideranças dos movimentos sociais das periferias das grandes cidades, evidenciam a importância que tem a comunidade em suas vidas e na dinâmica da biblioteca. Nesses casos, o conceito apresentado por Marilena Chaui (1999) se enquadra perfeitamente: a comunidade para eles é formada por aquele grupo de pessoas que se conhece pelo nome, tem contato cotidiano e tem objetivos comuns.

4.3 As diferentes formas de articulação e sustentabilidade

A participação individual e coletiva gera as articulações locais e são estas que garantem a sustentabilidade desses projetos, visto que a maioria deles não conta com recursos para aquisição de acervo, equipamentos e materiais de apoio, manutenção do espaço, ou, ainda, para o pagamento do pessoal envolvido na ação.

Um bom exemplo de articulação nesse universo refere-se à experiência de Poços de Caldas. O dono da Fazenda Lambari, Raymond Rebetez, idealizador daquela biblioteca, articulou uma parceria com o Grupo Astra Café, do qual faz parte, e a empresa norueguesa Kaffehuset Friele, a qual compra o café produzido pelo Grupo. Foi essa parceria que viabilizou a construção do Centro Educacional e Cultural Kaffehuset Friele, que abriga a biblioteca e garantiu assim a sustentabilidade do projeto. Nesse caso, o protagonista lançou mão do conjunto de relações que possui para viabilizar uma ação local.

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que a capacidade de ação de um movimento é bem diferente da capacidade de ação e articulação de uma organização da sociedade civil e, por sua vez, da de uma empresa. Ou seja, há grandes diferenças entre as ações e articulações desencadeadas pelo Instituto Ecofuturo e pelo Instituto de Cidadania Empresarial, ambos vinculados a empresas, das desencadeadas pela Associação Vaga Lume, ou ainda pelas ONGs Educa São Paulo e Associação Maria das Neves Prado.

Tanto a Associação Vaga Lume, como o Instituto Ecofuturo se responsabilizam, inicialmente, pelas articulações locais. Os primeiros contatos com a comunidade são feitos por meio dos órgãos governamentais, em sua maioria Secretarias Municipais de Educação. Em seus planos de ação, as duas organizações prevêm o fomento das articulações por meio de reuniões com as lideranças locais, representantes das associações de moradores, associações de professores, entre outras. A continuidade desse trabalho fica a cargo dos responsáveis pela biblioteca, ou seja, depende do grupo a ampliação e o fortalecimentos das articulações locais.

A Biblioteca Comunitária Paulo Freire, da Maré, é um exemplo de articulação com o meio acadêmico, visto que a parceria estabelecida junto à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) desencadeou um processo de qualificação dos serviços oferecidos por ela. Hoje a biblioteca cumpre de maneira exemplar o papel da biblioteca pública ausente na região. Cabe ressaltar que esta é a única experiência, do universo das 29 analisadas, que conta com o apoio de uma Escola de Biblioteconomia.

A Biblioteca Comunitária de Heliópolis, por meio da UNAS, estabeleceu uma parceria com o Banco Panamericano desde o início da sua criação e, hoje, o banco é responsável pelos recursos para a manutenção do prédio e pagamento dos monitores, jovens da comunidade, gestores da biblioteca. Cabe esclarecer que o Banco Panamericano tem uma agência dentro da favela e que o arquiteto Rui Ohtake colaborou inicialmente da mesma forma que o fazendeiro de Poços de Caldas, ou seja, colocando suas relações de poder a favor do projeto.

Assim como no caso do Casulo, as parcerias e os recursos das bibliotecas da Maré e de Heliópolis são administrados pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e pela União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS), respectivamente. Essas bibliotecas acabam como parte de uma estrutura organizacional maior e seguem a política e os princípios da instituição.

O fato das bibliotecas contarem com membros da comunidade na constituição da equipe de trabalho é determinante para fomentar as articulações locais. Esse é um motivo que leva as experiências que não contemplam a participação direta de membros da comunidade na sua gestão a distanciar-se do conceito de biblioteca comunitária.

Outra questão presente nessa esfera é que as bibliotecas que surgem de uma ação individual, ou de um movimento social, ao buscar parceiros e apoiadores esbarram no fator legal, diferentemente daquelas que já nascem vinculadas ou são incorporadas por uma organização. É nesse momento que percebem que precisam se constituir como uma pessoa jurídica, com número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Ao constituir-se como associação ou organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), passam a ser regidas por estatutos que prevêm uma estrutura organizacional composta por diretorias e/ou conselhos eleitos pelo grupo. Esses canais podem servir como espaços de participação para a comunidade e estimular esse processo. No entanto, podem também ser apenas simulacros de participação, quando vistos como mera formalidade para cumprimento legal. Individualmente, as “novas” organizações que se constituem são levadas a trabalhar a busca de recursos para a sustentabilidade de seus projetos.

5 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: desafio para as políticas públicas

Pensar em políticas públicas para bibliotecas comunitárias é pensar em política também para as bibliotecas públicas e escolares. Se reconhecermos a complexidade que permeia o momento contemporâneo, a relação entre a biblioteca escolar, pública e comunitária é inevitável. Para nós, foi importante isolar a biblioteca comunitária para entendê-la no contexto nacional, porém, não é possível pensar em propostas compartimentadas nessa esfera. Faz-se necessário ampliar o olhar de forma multidimensional, ressaltando fatores considerados relevantes na análise das bibliotecas comunitárias, de maneira a que esses fatores possam contribuir para a construção de uma nova política pública para a área.

A herança histórica de carência de políticas para as bibliotecas públicas e escolares levou a sociedade a buscar caminhos para solucionar seus problemas de acesso à informação, à leitura e ao livro. Um dos caminhos é considerado por nós como um processo natural da prática social cidadã, visto que é pautado na ação individual ou na ação coletiva de um grupo local organizado. O outro, artificial, pois são impulsionadas por agentes coletivos externos a comunidade, os agentes do Terceiro Setor, que por meio de programas e projetos dirige suas ações à melhoria da situação de grupos vulneráveis da sociedade.

Para nós, as bibliotecas comunitárias que surgem no processo que chamamos natural é resultado da forma sócio-política de reivindicação e luta da sociedade pelo direito à informação, à leitura e ao livro. É a prática social resultante da carência educacional e cultural vivenciadas por grande parte da população brasileira.

Apesar de reconhecermos o mérito de muitas das experiências capitaneadas pelo Terceiro Setor, ao analisar aquelas criadas a partir dos Programas Expedição Vaga Lume, Programa Ler é Preciso, Projeto Casulo e Espaço Criança Esperança, não podemos ignorar os riscos que esse modelo carrega. Para nós, o maior deles é a valorização do “discurso neoliberal que preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência burocrática do Estado e a politização dos conflitos”, apontado primeiramente por Paoli (2005, p. 386) em sua análise sobre empresas e responsabilidade social.

Da forma como se apresentam, a partir das experiências analisadas, os dois caminhos não nos parecem suficientemente firmes para que estas bibliotecas tenham condições de superar as adversidades do dia-a-dia e criar raízes fortes para se estabelecer como entidades autônomas no processo de emancipação social e democratização da informação e da leitura.

Considerando os resultados obtidos nesta pesquisa, podemos afirmar que a hipótese inicial, de que estas bibliotecas são pólos irradiadores de cultural e saber local é verdadeira,

especialmente naqueles casos em que um grupo local, formado por cidadãos críticos e conscientes de sua situação econômica, social e cultural, torna o projeto de criação desses espaços efetivamente públicos. O projeto biblioteca passa a ser um desafio para enfrentar a carência de serviço público na área de educação e cultura na sua comunidade. Somente nesses casos, se apoiadas pelo poder público local, poderão transformar-se em espaços estratégicos para a implantação de políticas de integração social e cultural.

É preciso valorizar e aproveitar as iniciativas que contam com a participação ativa dos cidadãos, melhorando as suas condições, articulando-as com as instâncias públicas já existentes, tais como as bibliotecas públicas e, potencializando desta forma o acesso à informação, à leitura e ao livro no país.

Esses projetos dependem de recursos mínimos para se sustentar e tornar efetivas as suas ações. Sozinhas, sem apoio do Estado, essas experiências não se sustentam a longo prazo e, por conseguinte, não tornam efetivas suas ações. Por outro lado, se apoiadas somente pela iniciativa privada, correm o risco de se tornarem espaços propícios à filantropia e ao assistencialismo empresarial e distanciar-se de qualquer discussão politizadora.

Os atores envolvidos no processo de criação e manutenção de bibliotecas comunitárias precisam de mais tempo e espaço para o exercício participativo. Como Paulo Freire (2003) já nos dizia o ato de participar não pode ser confundido com o mero ativismo. É uma prática que demanda ação e reflexão, permeada por um diálogo solidário, que, por sua vez, está baseado em um pensamento crítico. É a partir desta forma de pensar e olhar suas práticas que os atores terão condições de agir em conjunto, discutir os pontos fortes e fracos do projeto, avaliando-o e reformulando-o continuamente.

A necessidade de apoio contínuo a esses projetos, principalmente nos primeiros anos de vida da biblioteca, ficou evidenciada na pesquisa. As ações pontuais são bem vindas, mas só colaboram a partir do momento em que o projeto já tem sua sustentabilidade garantida.

As diferenças estruturais e conceituais das experiências analisadas demonstram também a necessidade de pensar a biblioteca comunitária individualmente, respeitando as características locais, suas diferenças regionais, sociais, econômicas e principalmente culturais. Num país com as dimensões territoriais, populacionais e a diversidade cultural como o Brasil, não cabe pensar em diretrizes únicas para apoiar e fortalecer as bibliotecas comunitárias existentes, ou ainda, para ampliar o seu número. São necessárias respostas rápidas e processos flexíveis que atendam situações diversificadas e complexas.

Apesar das grandes diferenças encontradas, um ponto em comum, a ser destacado, refere-se à forte atuação dos jovens nesses projetos. Nas periferias urbanas, os jovens

aparecem como os protagonistas centrais. Por meio de seu engajamento nas questões culturais e educacionais, os jovens demonstraram que têm muito a ensinar com suas redes sociais, práticas inovadoras e regras de convivência. Ao contrário do que prega o discurso que move a sociedade atual em relação aos jovens pobres da periferia, que carrega a idéia de que os jovens, principalmente os pobres, são um problema social e, portanto, objeto de ação do Estado e das instituições sociais (SILVA; BARBOSA, 2005).

As experiências analisadas em regiões urbanas, criadas e idealizadas por jovens, são evidentemente mais abertas à ação participativa do que as experiências capitaneadas por ações individuais ou por entidades do Terceiro Setor. São exemplos marcantes as bibliotecas comunitárias Livro-Pra-Quê-Te-Quero e Solano Trindade.

A pesquisa nos mostrou também que, apesar de algumas bibliotecas comunitárias apresentarem um bom desempenho no que se refere ao estímulo à leitura, como é o caso das bibliotecas da região norte do país, elas não conseguem chegar ao nível de especialização a ponto de trabalhar a informação pública. Este dado nos faz concluir que, apesar do forte trabalho com a leitura, são poucas as bibliotecas comunitárias, que conseguem avançar na gestão e transferência da informação pública, sendo que a maioria deixa a cargo da mídia comercial esse serviço. É o rádio, a televisão e a internet que cumprem essa função. É fato também que o mesmo acontece em relação às bibliotecas públicas, como já identificado por outros autores em pesquisa sobre o assunto (ALMEIDA JUNIOR, 1995; MILANESI, 2002; LIMA, 2006).

No entanto, acreditamos que ao somar os esforços da biblioteca pública e comunitária poderíamos trabalhar no sentido de mudar esse cenário e minimizar os problemas informacionais do país. Como constatamos, as bibliotecas comunitárias estão dispersas pelo país e surgem no lugar da biblioteca pública e escolar. Ocupam um espaço vazio e determinam princípios e métodos para se estabelecer. Muitas delas são o resultado de programas idealizados por organizações do Terceiro Setor, que contam com a aprovação da Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, ou seja, são espaços criados com dinheiro obtido por meio de isenção fiscal. Os recursos financeiros, que viabilizam a doação de acervos e equipamentos e a formação de pessoal, constituem dinheiro público administrado com autorização, porém sem participação, do Estado.

Parece-nos que a situação das poucas bibliotecas públicas e escolares no país geram o que Oliveira (1999, p. 57) chama de “desnecessidade do público”. Faz com que a elite empresarial, que se vê politicamente auto-suficiente em relação a um Estado burocrático e

ineficaz, apresente seus projetos de responsabilidade social voltados para a criação de bibliotecas comunitárias como respostas ao problema.

Autores como Francisco de Oliveira (1999), Milton Santos (2000), Maria Célia Paoli (2005) e Myrthes Macedo (2005) vêm discutindo e apontando a ambigüidade entre os interesses privados e a ação pública que se estabelece nesse campo. No Brasil, é a partir da década de 1990 que esta forma de gestão social se estabelece, envolvendo novos atores sociais como parceiros do Estado na provisão e gestão de bens e serviços sociais públicos. Esse movimento vem se somar às práticas sociais que estão sendo incorporadas pela sociedade civil como um fator de responsabilidade social, seguindo, no entanto, o modelo do mercado.

Para nós, apesar de estarmos na era marcada pela desregulamentação, a cultura e, especificamente as bibliotecas, precisam de marcos regulatórios, marcos constituídos por um conjunto de leis, adequadas às nossas diferentes realidades, passíveis de serem aplicadas e acompanhadas de mecanismos que garantam o seu cumprimento. Marcos que impõem restrições à ação desordenada dos atores públicos e privados e que possam ser configurados como fatores de qualidade para a área.

Esses marcos regulatórios deveriam permear todas as ações governamentais referentes às bibliotecas que estão sendo implementadas pelos órgãos públicos em todos os níveis, federal, estadual e municipal. Do Programa Federal *Mais Cultura* ao Programa *São Paulo um Estado de Leitores*. Sem deixar de lado os recursos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras agências de fomento governamental. A partir deles é que seriam idealizadas e administradas as relações entre as diversas intervenções que partem do próprio Estado, capitaneadas pelos diversos ministérios.

Além de regular as relações internas do Estado, esses marcos serviriam também para regular as relações do Estado com a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e as empresas no que tange a ações e projetos de acesso à informação, à leitura e ao livro. Nesse sentido, concordamos com Marilena Chaui, quando propõe que a política cultural deva ser definida

pela idéia da cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é a ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUI, 2008, p. 4).

Há de se pensar em maneiras criativas de intervenção, norteadas por estratégias de ação social, fomentadas pela noção de espaço público e da participação individual e coletiva. Intervenções não impositivas ou invasivas, mas, sim, construídas coletivamente e negociadas politicamente, entre os diversos interlocutores: a comunidade, a sociedade civil organizada e o Estado.

Recorrendo ao referencial teórico que subsidiou esta pesquisa e ao que aprendemos com as pessoas e as experiências que analisamos, ficou clara a necessidade de, em primeiro lugar, definir alguns princípios básicos que devem permear as estratégias para a implantação de política públicas para bibliotecas públicas e comunitárias. São eles: o respeito à diversidade, à pluralidade cultural e às redes de sociabilidade locais; o respeito e valorização das estratégias criativas, complexas e heterogêneas das comunidades; o respeito e a valorização do espaço público; o estímulo à participação como processo, ou seja, aquela que permite ao indivíduo participar da tomada de decisões tanto em relação às diretrizes culturais como aos orçamentos públicos; a construção de sinergia entre ações e projetos; a valorização às políticas locais.

A partir desses princípios, o Estado, juntamente com a sociedade civil, teria condições de desenhar um plano para desencadear um processo de requalificação para área; nesse sentido, a título de contribuição, poderíamos iniciar pensando em dois caminhos a serem seguidos concomitantemente: políticas para apoiar e ampliar as bibliotecas públicas e escolares; políticas para que as bibliotecas públicas e escolares apóiem as bibliotecas que surgem na comunidade.

Somente a partir da consolidação da biblioteca pública e escolar no país, o Estado estaria criando condições de estas instituições apoiarem as iniciativas locais, criando, assim, uma rede colaborativa de sustentação entre as diversas iniciativas e a administração pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nós, os resultados desta pesquisa constituem-se em um conjunto de saberes sobre as bibliotecas comunitárias e os processos participativos no país, construído a partir de questionamentos, olhares, análises e reflexões pautadas em teorias biblioteconômicas, sociológicas e antropológicas.

Acreditamos que conseguimos responder às perguntas iniciais, desencadeadoras desta pesquisa: por que e como surgem as bibliotecas comunitárias? Quem são os atores que atuam nesses projetos? Como se estabelecem e se articulam na sociedade? Quais os impactos que

geram na coletividade? Qual o papel da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nesses processos? E por fim, quais políticas públicas estão sendo implementadas para apoiá-las?

Entretanto, ao longo do processo de pesquisa e reflexão, novas e importantes questões foram sendo formuladas. Por exemplo, até que ponto as organizações do Terceiro Setor, que estão envolvidas na implementação de bibliotecas comunitárias, estão contribuindo para a conservação, ou para a transformação da estrutura do campo de forças e lutas nos espaços sociais em que atuam? Afinal, há o risco da negação dos conflitos, legítimos e próprios do ambiente participativo e da busca da eficácia destas ações que tendem a seguir os padrões de mercado e operam segundo os princípios do consumo da informação, da leitura e do livro.

Os resultados evidenciaram também a não-participação de profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação nesses projetos. São poucas as bibliotecas comunitárias que contam com a colaboração ou o trabalho desse profissional. Isto nos remete a uma outra questão: será a não-participação dos bibliotecários uma forma de negação dessas experiências? E mais, qual o compromisso e qual a responsabilidade do bibliotecário, como indivíduo, com a pluralidade da biblioteca comunitária?

O que identificamos nesta pesquisa é que a sociedade está fazendo história, fazendo política e, principalmente, está democratizando o acesso à informação, à leitura e ao livro por meio desses projetos. Resta ao Estado fazer a sua parte de maneira a regular os investimentos, traçar diretrizes para a qualificação destas iniciativas, apoiar aquelas que comprovadamente estão impactando suas comunidades e estimular a ampliação do número de bibliotecas comunitárias pelo país.

COMMUNITY LIBRARIES AS SOCIAL PRACTICE IN BRAZIL

ABSTRACT

The research focuses on the community library as social practice in Brazil. Its main objective is to discuss possible policies to strength and broaden these experiences. To accomplish these objectives performing the analysis of the community library as a space for local commitment, its participants, the organization and the use of information in this context became necessary. Starting from the concept of “community”, we deal with the social practice, the participation process and the relationship with the State for the construction of public policies to support these experiences. We discuss the use of the term by the society and academic field, analyzing the similarities and differences among community, public and popular library. We decided for the qualitative methodology with an exploratory objective survey, aiming to descriptive and analytical results. We investigated 350 experiences in Brazil and selected 29 to compose the research universe. By making use of interviews and observation techniques, it was possible to confirm that the main reason for the creation of these projects is the lack of public and school

libraries in the country, which leads society to find ways to face the problems of the information, reading and book access. According to the analyzed experiences, we concluded that the more participative is the administration, the more possibility of the library becoming a strategic space, capable of implementing the social integration policies, increases. We point out, the respect to cultural diversity and plurality, as well as the valorization of the public space and participative process, as main principles to establish policies for these spaces. We support the consolidation of the Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, as the responsible agency for implementing, monitoring and evaluating of public policies to give support to the community libraries.

Keywords: Community Library. Public Library. Public Policies for Libraries.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa; MACHADO, Elisa Campos. Biblioteca comunitária em pauta. In: ENCONTROS COM A BIBLIOTECA, 2006, São Paulo. **Bibliotecas comunitárias e populares: diálogo com a universidade**, São Paulo: Itaú Cultural, 2006. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2405> Acesso em: 04 jan. 2007.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, 15)

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.

ARENDT, Hanna **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BADKE, Todêsa. Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 4, p. 18-9, maio, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CACCIA BAVA, Silvio. Mobilização social e a crise de governabilidade na América Latina. In: **Mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades**. Ed. especial FSM 2005. São Paulo: POLIS, 2005. p. 06-13.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano: encarte CLASCSO**, 5, 2008.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DOWBOR, Ladislau. **Os novos espaços do conhecimento**. 1994. Disponível em: <<http://dowbor.org/conhec.asp>> Acesso em: 19 jun.2007.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set., 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências. In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 107-130.

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan/jun 2001.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JESUS, Marisa S. de. **Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia**. Salvador: CEPOM, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/41d630061c75a5256dde4897e527.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2008.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. **3º. Setor**: desenvolvimento nacional sustentado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 131-155.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA, Justino Alves. **Comunidades carentes, lugares da não-informação**. 2006. 164p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. O comunitarismo na nova configuração das políticas sociais do Brasil. **Em Debate**. Rio de Janeiro, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6595.PDF?NrOcoSis=18410&CdLinPrg=pt> Acesso em: 28 jul. 2008.

MANESS, Jack M. Teoria da biblioteca 2.0: Web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. **Informação e Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 43-51, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/831>>. Acesso em: 21 jan. 2007.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVERIA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 375-418.

PASSOS, Carlos Artur Kruger (Org.). **Indicadores, ONGs e cidadania**: contribuições sociopolíticas e metodológicas. Curitiba: Plataforma Contrapartes Novib, 2003.

PRADO, Geraldo Moreira. Da história latente à história verdadeira: uma experiência piloto com a biblioteca comunitária. In: Foró Social de Información, Documentación y Bibliotecas, 1., 2004, Buenos Aires. **Anais eletrônico ...** Disponível em: < <http://www.inforosocial.net/ponencias/eje04/30.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

REIS, Fábio Wanderley. Deliberação, interesses e “sociedade civil”. In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela*: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2005.

TORO, José Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2005.

VERGUEIRO, Waldomiro, MACHADO, Elisa Campos, MARTIN VEGA, Arturo. La creación de bibliotecas comunitarias como herramienta para el acceso a la información y a la educación: experiencia en la favela de Heliópolis, en São Paulo (Brasil). In: *Congreso iberoamericano de bibliotecologia*, 2. 2007, **Annales...** Buenos Aires.

WERLE, Denílson Luís. Democracia deliberativa e os limites da razão pública. In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 107-156.